

Editorial	13
------------------------	----

DOUTRINA

Seção de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

A reforma da Lei de Improbidade Administrativa: impacto processual sobre as decisões de admissibilidade Jean Carlos Dias	17
--	----

A retórica do controle sobre as transferências internacionais de dados pessoais e sua crítica Edilson Pereira Nobre Júnior, Edinaldo Rodrigues de Almeida Filho	31
---	----

Administração Pública e(m) rede pós-pandemia: novos rumos Têmis Limberger, Gustavo da Silva Santanna	53
--	----

A discricionariedade administrativa no Estado constitucional de direito: um olhar a partir de uma perspectiva democrática Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini, Natal dos Reis Carvalho Junior	79
--	----

Diálogos constitucionais e o Supremo Tribunal Federal: uma necessária busca por legitimidade democrática André de Albuquerque Garcia, Alexandre de Castro Coura	109
---	-----

A Constituição Federal de 1988 e os cartórios extrajudiciais Rudinei Baumbach	133
---	-----

Seção de Direito Tributário

O conceito de serviço para fins tributários: um caso de mutação constitucional? Anderson Vichinkeski Teixeira, Luis Carlos Fay Manfra	157
---	-----

Seção de Tribunais de Contas, Controle Externo

Termo de ajustamento de conduta disciplinar: análise da Instrução Normativa nº 2/2017 da Controladoria-Geral da União Fabiana Marion Spengler, Márcio Dutra da Costa	189
--	-----

Seção de Direito da Regulação

Serviço de fretamento colaborativo ou transporte coletivo irregular de passageiros? O tratamento regulatório da Buser no Brasil e contornos da jurisprudência Carina de Castro Quirino, Lucas Moreira Paulominas, Pilar Wagner Martins	213
--	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADPF – Servidor público – Convocação de professores sem concurso público – Minas Gerais – Vacância – Contratação por tempo determinado – Necessidade temporária de excepcional interesse público – Autorização genérica e abrangente – Ausência de transitoriedade – Violação do artigo 37, incisos II e IX, da CF/1988 – Modulação dos efeitos. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 915/MG 237

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Impetração pelo Ministério Público contra ato do Corregedor-Geral de Justiça do TJ/MA que determinou à serventia extrajudicial que efetuasse registro de escritura de compra e venda de imóvel, cujo processo licitatório é questionado em Ação Civil Pública – Legitimidade *ad causam* – Manifesto vício no procedimento de alineação do imóvel – Afronta ao artigo 17 da Lei nº 8.666/1993 – Impossibilidade de registro do imóvel. Recurso em Mandado de Segurança nº 67.108/MA 255

Superior Tribunal de Justiça

Recurso especial – Ação Coletiva – Execução de sentença – Obrigação de fazer e de pagar quantia certa – Prescrição da pretensão executória – Prazos – Independência – Ausência de influência no prazo prescricional entre a obrigação de fazer e a execução da obrigação de pagar – Inexistência de interrupção ou suspensão do prazo. Recurso Especial nº 1.687.306/PB 269

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Responsabilidade civil do Estado por omissão – Morte em decorrência de disparo de arma de fogo no interior de hospital público – Ausência de vigilância – Falha específica no dever de agir – Excludente de ilicitude – Não ocorrência. Recurso Especial nº 1.708.325/RS 285

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Mandado de Segurança – Concurso público – Professor do ensino superior em regime de dedicação exclusiva – Vedação à acumulação de cargos públicos – Licença remunerada que não torna lícita a acumulação proibida – Jurisprudência do STF e STJ. Apelação/Remessa Necessária nº 1000311-47.2021.4.01.3500 295

EMENTÁRIO 301

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 325